

**CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARIA GILDA DA SILVA

**MEDIAÇÃO ESCOLAR:
PONTO-CHAVE NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Rio de Janeiro

2020

MEDIAÇÃO ESCOLAR: PONTO-CHAVE NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

SCHOOL MEDIATION: KEY POINT IN THE INCLUSIVE EDUCATION PROCESS

Maria Gilda Da Silva

Graduanda em Pedagogia pelo Centro Universitário São José

Orientador: Prof. Dr. Roberto Nunes Bittencourt

Doutor em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

Um dos temas fundamentais no processo de inclusão da pessoa com deficiência é a mediação escolar. A Constituição Federal trouxe as primeiras garantias a esses indivíduos no Brasil, em 1988; a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência surgiu em 1989; a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) surgiu em 1996 falando da inclusão escolar; e a Lei da Inclusão é de 2015. Assim, o artigo tem como objetivo discutir o papel do mediador escolar como elemento chave da inclusão escolar; mais especificamente, entender os parâmetros para as políticas e as práticas voltadas à educação inclusiva; reconhecer a importância de uma rede de apoio nas instituições de ensino em função da inclusão; discutir as principais práticas pedagógicas relacionadas ao trabalho do mediador escolar. Também, conforme será visto, as políticas públicas garantem como obrigatória a matrícula de pessoas com deficiência nas escolas brasileiras. No entanto, ainda existem barreiras nessa inclusão. As barreiras da inclusão seriam: falta de recursos materiais e humanos, acessibilidade e número grande de alunos por sala. A deficiência não é uma barreira; o aluno com deficiência não é incapaz.

Palavras-chave: Mediação escolar; Inclusão; Pedagogia

ABSTRACT

One of the fundamental themes in the inclusion process of people with disabilities is school mediation. The Federal Constitution brought the first guarantees to these individuals in Brazil, in 1988; the National Policy for the Integration of Persons with Disabilities emerged in 1989; the Law of Guidelines and Bases (LDB) appeared in 1996 talking about school inclusion; and the Inclusion Law is from 2015. Thus, the article aims to discuss the role of the school mediator as a key element of school inclusion; more specifically, understand the parameters for policies and practices aimed at inclusive education; recognize the importance of a support network in educational institutions in terms of inclusion; discuss the main pedagogical practices related to the work of the school mediator. Also, as will be seen, public policies guarantee the mandatory enrollment of people with disabilities in Brazilian schools. However, there are still barriers to inclusion. The barriers to inclusion would be: lack of material and human resources, accessibility and large number of students per class. Disability is not a barrier; the disabled student is not incapable.

Keywords: School mediation; Inclusion; Pedagogy

INTRODUÇÃO

O papel do mediador, dentro da proposta inclusiva, é fundamental. Por isso, a formação desse profissional deve proporcionar-lhe a capacidade e a autonomia de elaborar soluções satisfatória para novas exigências. Além disso, faz-se necessário um trabalho de equipe junto aos profissionais de apoio e demais envolvidos no processo de educação dos alunos, especialmente daqueles com necessidades educacionais especiais.

Nesse contexto, a mediação escolar pode ser entendida como um princípio básico, pois o trabalho pedagógico na mediação é fundamental, uma vez que ajuda a criança no processo afetivo escolar e social. Algumas crianças precisam de auxílio diferenciado: por esse motivo, passam a ser acompanhadas por um mediador, que é orientado pelo professor como devem ser trabalhado os conteúdos com esse aluno que apresenta dificuldade. Dessa forma, o mediador tem como lhe dar maior atenção uma vez que ele estar ali só com esse aluno.

Com isso o grande desafio da mudança para a educação inclusiva é a conscientização de que ela não é apenas uma meta, mas uma jornada com propósito de acolher todos os alunos e com eles desenvolver um trabalho que o leve a uma vida digna e com igualdade de direitos em todas as áreas: de educação, saúde, trabalho, segurança, lazer, integridade física, e moral. Todos os profissionais envolvidos precisam de capacitação adequada para exercer sua função ,e por meio de formação , avaliações , e aperfeiçoamentos.

Portanto, o objetivo geral do artigo é entender o papel do mediador escolar como elemento chave da inclusão escolar. Enquanto os objetivos específicos são entender os parâmetros para as políticas e as práticas voltadas à educação inclusiva; reconhecer a importância de uma rede de apoio nas instituições de ensino em função da inclusão; discutir as principais práticas pedagógicas relacionadas ao trabalho do mediador escolar.

A busca por uma prática educadora renovada, que contemple as necessidades educacionais de todos os alunos é uma tarefa tão importante que a educação inclusiva

possui uma disciplina própria nos cursos de licenciatura para a formação de futuros educadores. Dessa maneira, um estudo cuja proposta é a inteligência do papel do mediador escolar como elemento-chave no processo da educação inclusiva é de grande contributo não só na área de pedagogia, mas para qualquer estudante de licenciatura, uma vez que cada vez mais crianças com deficiência leve estão frequentando classes comuns, exigindo do profissional da educação capacitação e profissionalização.

para apresentar o tema, definindo e contextualizando claramente o assunto.

Parte-se do pressuposto de que o mediador escolar deve ser conhecedor do tipo de transtorno ou de deficiência que acomete algum de seus alunos, para que possa trabalhar adequadamente a situação. Sendo assim, seu papel é de grande contributo para o processo de ensino-aprendizagem, não só na relação com o aluno, mas também com o professor, pois é um facilitador em ambas as partes, uma vez que seu papel é ajudar ao aluno a entender melhor o que está sendo passado pelo professor.

Nos aspectos metodológicos, a pesquisa se classifica, quanto aos objetivos, como EXPLORATÓRIA, uma vez que associa aspectos teóricos e práticos a fim de entender a mediação escolar no processo de educação inclusiva. Para tanto, serão utilizadas FONTES PRIMÁRIAS, a partir de obras acadêmicas, tais como, principalmente, livros, teses e artigos científicos, seja em suporte físico e/ou virtual. Portanto, quanto aos procedimentos, a pesquisa foi a REVISÃO BIBLIOGRÁFICA, para que, em seu decorrer, se descubra se alguém já respondeu às perguntas propostas pela pesquisa, além de avaliar os métodos utilizados em estudos parecidos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa encontra sua fundamentação teórica, essencialmente, em quatro autores que, de forma direta ou indireta, discutem a mediação escolar, tais como Fontana (2005); Budel e Méier (2012); Reily (2004).

Fontana, (2005) por exemplo, discute aspectos da importância social da escola e do trabalho pedagógico que, por meio de diversas estratégias de ensino vivenciadas no cotidiano da sala de aula, vão possibilitando processos interativos mediadores da aprendizagem de conhecimentos necessários à formação do cidadão. A autora explica que a escola tem como função sistematizar e tornar acessível ao aluno. Importante

entender que, num momento em que diversas pesquisas mostram a ineficiência da escola, o trabalho de Fontana aponta aspectos importantes de inovação pedagógica, baseados em teoria sociocultural, interpretada com rigor cultural.

A sociedade deve caminhar junto com o corpo docente, buscando ser um facilitador no cotidiano da criança com dificuldade, buscando meios que melhorem, de alguma forma, o dia a dia dela. Uma das ferramentas para facilitar é a tecnologia assistiva e digitais pois, promovem e ampliam as habilidades funcionais desses alunos com deficiência. E através dessas tecnologias esses alunos tem informações sobre seus direitos, e deveres dentro da sociedade tem acesso, a materiais didáticos que facilitem o ensino e a aprendizagem, a auto estima melhora muito, uma vez de cada uma delas percebe seu desempenho dentro da sociedade e se sente como um cidadão normal protagonista de sua própria história, a escola também deve oferecer um ensino híbrido, o qual promove uma interação maior entre esses alunos pois o aluno não fica só ouvindo ele interage melhor com a turma. Dessa forma a escola deve fazer parte da formação humana buscando cursos e aprimorando o cotidiano de todo corpo docente ou seja sendo um facilitador na melhoria da qualidade de vida de todos.

Agregando valor à leitura realizada, Budel e Méier (2012) discorrem sobre as posturas mais apropriadas para o professor em sua abordagem diária, algo fundamental para que ele possa realizar seu trabalho de maneira mais eficiente. Essencialmente, o estudo apresenta orientações práticas aos docentes, contribuindo para que a iniciação da caminhada como mediador. . Incluir algumas citações e explicações suas

Para Budel e Méier o professor precisa ter uma visão ampla diante de sua função dentro de uma sala de aula, e buscar facilidade diante do seu desafio como professor aprimorando sempre seu conhecimento e se apropriando de ferramentas necessárias para um resultado mais eficiente.

O estudo de Lucia Reily (2004) tem a finalidade de oferecer uma fonte abrangente de informações sobre o trabalho na sala de aula inclusiva, explanando as principais problemáticas encontradas no cotidiano escolar. Desse modo, a leitura de Reily pretende suscitar um diálogo com a escola, ajudando o educador a ampliar suas possibilidades de trabalho. Sabendo das dificuldades do professor, a autora proporciona um suporte para a construção de uma prática reflexiva que contemple os avanços no campo da educação

especial. O eixo central da obra são os sistemas de mediação : a imagem, os recursos tridimensionais, a escrita, os sistemas de comunicação suplementar e alternativa a língua de sinais, e o braile. A autora mostra como esses instrumentos podem servir de apoio para a linguagem falada em sala de aula a fim de tornar o conteúdo escolar acessível a todos os alunos, tenham eles limitações ou impedimentos de movimento, de visualização ou de comunicação e linguagem. Incluir algumas citações e explicações suas

O professor enfrenta muitos desafios dentro da sala de aula: são crianças com vários tipos de dificuldades de aprendizagem, falta de material para ensinar, ambiente escolar impróprio para o ensino; mas, é preciso o professor repensar um novo caminho para melhoria de sua função mesmo diante de tantos desafios. Hoje em dia, existe muitas formas de melhoria para o aluno com dificuldade intelectual e pessoal. A criança com surdez, por exemplo, vale-se da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), existe plataformas on-line, imagens para a criança com limitações motoras e cognitivas, o mediador auxiliando esses alunos especiais e buscando junto com o professor passar o conteúdo da melhor forma possível.

PARÂMETROS PARA AS POLÍTICAS E AS PRÁTICAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No Brasil, as políticas inclusivas têm como fundamento a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994). Tais declarações afirmam que as crianças com deficiências devem ter acesso à escola regular. A partir desta premissa, as escolas brasileiras devem, por força de lei, receber e educar quaisquer crianças. Assim, é importante considerar que as políticas e as práticas voltadas à educação inclusiva obedecem a parâmetros estabelecidos por documentos e leis que visam não somente padronizá-las, mas torná-las ferramentas para se chegar a uma educação que seja satisfatória para todos.

Há mais de quarenta anos, as nações do mundo afirmaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos que "toda pessoa tem direito à educação, mas a realidade vivenciada no dia a dia é outra, mais de 100 milhões de crianças em grande

escala meninas, não tem acesso ao ensino básico e mais de 960 milhões de adultos dos quais dois terços são mulheres e em grande maioria analfabetos funcionais, mas de um terço desses adultos não tem acesso ao conhecimento impresso, as novas habilidades e tecnologias, e se tivessem acesso a essas ferramentas a qualidade de vida delas e da sociedade estaria muito melhor, mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais.

Ao mesmo tempo, o mundo tem que enfrentar muitos problemas, entre os quais: o aumento da dívida de muitos países, a ameaça de estagnação e decadência econômicas, as diferenças econômicas crescentes entre as nações e dentro delas, a guerra, a ocupação, as lutas civis, a violência; a morte de milhões de crianças que poderia ser evitada e a degradação generalizada do meio-ambiente. Todos esses problemas impede um desempenho saudável quanto ao ensino e a aprendizagem. Na década de 80 esses problemas dificultou os avanços de uma educação básica em muitos países menos desenvolvidos, Em outros, o crescimento econômico permitiu financiar a expansão da educação, mesmo diante disso tudo milhões de seres humanos continuam na pobreza, sem educação de qualidade, e muitos analfabetos

O mundo está caminhando em busca de novas possibilidades e cheio de esperança, hoje os direitos essenciais e os direitos das mulheres são levados mas em conta, existe uma cooperação um pouco maior entre as nações, vemos acontecer valiosas realizações culturais e científicas, a tecnologia tem levado até as pessoas muitas informações importantes e tem melhorado a vida de muitos, tudo isso faz com que a meta de educação básica para todos seja viável. A conferência Mundial sobre educação para todos realizado em Jomtien, Tailândia realizado de 5 a 9 de março de 1990 foi muito importante para estabelecer compromissos mundiais sobre educação para todos, lembrando que a educação é um direito fundamental de todos em todas as idades e no mundo inteiro e é de suma importância para melhoria de um mundo melhor em todos os aspectos e que Cada pessoa, criança, jovem ou adulto deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem.

Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo e para que essa necessidade básica venha a ser satisfatória é necessário uma ação capaz de ir além dos níveis de recursos, de estruturas institucionais, dos currículos e do sistema convencionais de ensino.

É preciso trabalhar todas essas possibilidades com criatividade e com determinação, e as pessoas excluídas, os pobres, os meninos e meninas de rua, os nômades, os trabalhadores migrantes, os povos indígenas, as minorias étnicas, raciais, linguísticas, refugiados, deslocados pela guerra, povos submetidos a um regime de ocupação e as pessoas portadoras de deficiências devem ter uma atenção especial e não devem sofrer discriminação no acesso às oportunidades educacionais.

Essa aprendizagem não ocorre em situação de isolamento mas envolve a família, o corpo docente, a sociedade, as autoridades responsáveis pela educação aos níveis nacional, estadual e municipal entre todos os subsetores e formas de educação, reconhecendo o papel especial dos professores, dos administradores e do pessoal que trabalha em educação; entre os órgãos educacionais e demais órgãos de governo, incluindo os de planejamento, finanças, trabalho, comunicações, e outros setores sociais; entre as organizações governamentais e não-governamentais, com o setor privado, com as comunidades locais, com os grupos religiosos, com as famílias entre todos os subsetores e formas de educação, reconhecendo o papel especial dos professores, dos administradores e do pessoal que trabalha em educação; entre os órgãos educacionais e demais órgãos de governo, incluindo os de planejamento, finanças, trabalho, comunicações, e outros setores sociais; entre as organizações governamentais e não-governamentais, com o setor privado, com as comunidades locais, com os grupos religiosos, com as famílias.

É particularmente importante reconhecer o papel vital dos educadores e das famílias. Neste contexto, as condições de trabalho e a situação social do pessoal docente, elementos decisivos no sentido de se implementar a educação para todos, devem ser urgentemente melhoradas em todos os países

O Plano de Ação para satisfazer as Necessidades básicas de Aprendizagem deriva da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, da qual participaram representantes de governos, organismos internacionais e bilaterais de desenvolvimento, e organizações não-governamentais. Fundamentado no conhecimento coletivo e no compromisso dos participantes, o Plano de Ação foi concebido como uma referência e um guia para governos, organismos internacionais, instituições de cooperação bilateral, organizações não-governamentais (ONGs), e todos aqueles comprometidos com a meta da educação para todos.

Este plano compreende três grandes níveis de ação conjunta: ação direta em cada país; cooperação entre grupos de países que compartilhem certas características e interesses; e cooperação multilateral e bilateral na comunidade mundial. Ainda que os países tenham muitos interesses comuns, no que tange à satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de suas populações, é evidente que o caráter e a intensidade dessas preocupações variam de acordo com a real situação da educação básica e do contexto cultural e sócio-econômico de cada país.

Um dos principais documentos que estabelecem diretrizes para a educação inclusiva é a Declaração de Salamanca, que tem como princípio a necessidade de se ampliar a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares e propõe uma pedagogia centrada na criança e que seja capaz de satisfazer as necessidades de todos. Ou seja, as crianças com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-las dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades.

Para que se chegue a uma educação especial inclusiva de qualidade e que seja satisfatória para todos, contemplando não somente as pessoas com deficiência, mas todos aqueles indivíduos que possuem necessidades educacionais especiais, é preciso que se pense em políticas e práticas centradas na criança.

A Declaração de Salamanca se propõe a balizar essas ações no sentido de promover uma educação inclusiva de qualidade na escola regular, assim como combater atitudes discriminatórias e promover a criação de uma comunidade escolar mais acolhedora e um sistema educacional mais eficaz. Com isso, converge-se o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter.

A preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator-chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas. Além disso, apenas a adaptação dos espaços escolares, ou a convivência de alunos com necessidades educacionais especiais com os demais alunos de uma escola regular, não são práticas suficientes para que uma verdadeira inclusão ocorra. Cabe às escolas estarem aptas para inserir todos os alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares a fim de beneficiá-los com a prática inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela igualdade e pela garantia de direitos é uma luta constante enfrentada pelas pessoas com deficiência. A promulgação de políticas públicas inclusivas tm trazido evoluções nessa área, mas ainda há lacunas como o caso de leis não cumpridas ou oriundas de preconceito, o que mostra que esse processo ainda não está consolidado no Brasil.

Com a promulgação da Declaração de Salamanca (1994) e das iniciativas das políticas públicas brasileiras, as pessoas com deficiência tiveram o direito garantido de frequentar as escolas regulares. Com isso, ficou assegurado o direito de matricular alunos com deficiência junto aos demais alunos sem deficiência.

O trabalho inicial junto aos demais colegas é fundamental para a recepção e para o acolhimento das pessoas com deficiência, por meio de conversas e explicações sobre

a legislação. O entendimento por parte deles dos direitos e das virtudes das pessoas com deficiências vai fazer com que as atividades propostas atinjam sucesso.

A partir disso, o professor pode propor uma aula explicando a longa trajetória de exclusão sofrida pelos deficientes na história. Nessa linha histórica, poderá abordar temas como a busca pela igualdade que começou nos anos 1980 com os movimentos sociais.

Também pode propor à turma uma pesquisa sobre as principais políticas públicas vigentes no Brasil, como a Constituição Federal, a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, os programas assistenciais do governo e a Lei da Inclusão, as quais garantem igualdade e bem-estar a essas pessoas. Assim, a mediação funcionará como ponto-chave para a educação inclusiva

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <<http://goo.gl/EWfCVo>>. Acesso em: 25 abril. 2020.

BUDEL, G. C.; MEIER, M. **Mediação da aprendizagem na educação especial**. Curitiba: Ibpex, 2012.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Salamanca: Nações Unidas, 1994. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> >. Acesso em: 25 abril. 2020

FONTANA, R. **Mediação Pedagógica na Sala de Aula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

REILY, L. **Escola inclusiva: linguagem e mediação**. Campinas, SP: Papyrus, 2004